



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia
CGC: 01.612.607/0001-95 - Av. São Gonçalo, S/N – Centro – CEP: 64.993-000
São Gonçalo do Gurguéia – PI

APENDICE 2. Órgãos/ Instituições envolvidas e suas respectivas atribuições

SEMMA	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar os órgãos e instituições; Coordenar as atividades de respostas, em nível municipal, de forma integrada; Efetuar as atividades de respostas (combate aos focos de queimadas); Promover ações preventivas e de conscientização da população; Realizar levantamento das regiões que mais são afetadas por incêndios e queimadas no município.
SEMED	<ul style="list-style-type: none"> Promover desde a educação infantil a conscientização de prevenção de meio ambiente e conceitos de sustentabilidade; Estimular um processo participativo permanente, de maneira que não seja apenas e exclusivamente informativa, mas também prática, de modo a desenvolver e incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental; Estimular que a criança dissemine tal conhecimento, principalmente para seus familiares. Auxiliar no processo de capacitação das pessoas que combatem incêndios no município.
Prefeitura Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar no processo de sustentabilidade da brigada de incêndio municipal; Realizar limpeza de áreas verdes; Ampliar e aprimorar a legislação municipal sobre o uso do fogo; Ajudar na prevenção do uso do fogo; Promover um controle maior de queimadas e incêndios na zona urbana e rural do município.
IBAMA/PREV FOGO	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer recursos humanos e materiais para ações de resposta; Auxiliar no processo de capacitação da brigada de incêndios municipais.
Secretaria de Obras	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar no processo de limpeza das ruas e áreas verdes.
Órgãos Privados	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar no processo de campanhas educativas; Participar no processo de implementação de leis municipais sobre o uso do fogo;
Associação de Moradores Urbanos	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar população local para campanhas educativas; Informar para os agricultores e produtores sobre o perigo do uso do ilegal do fogo.
Associação de Moradores Rurais	<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar a população local para campanhas educativas; Informar para os agricultores e produtores sobre o perigo do uso do ilegal do fogo.
Sindicatos	<ul style="list-style-type: none"> Participar do processo de campanhas educativas; Promover uma maior aproximação da população rural com informação do uso ilegal do fogo.

26

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

CAVALCA, Alexandre Mançano; CAVALCA, Luisiana Guimarães. A educação ambiental como ferramenta na prevenção de incêndios florestais. *Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco*, v. 4, n. 11, 2018. Disponível em: https://www.revistaflammae.com/_files/ugd/08765e_dc3eee99c7b8404aa3c5ed544f96820_2.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA. CBMSC. [S.I.]: CBMSC, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cbm.sc.gov.br/index.php/blog-de-noticias/conheca-um-pouco-mais-sobre-a-atuacao-do-cbmsc-em-incendios-florestais>. Acesso em: 7 out. 2025.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. *Manual operacional de bombeiros: prevenção e combate a incêndios florestais*. Goiânia: [s.n.], 2017. 260 p. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/MOB-FLORESTAL.pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

INBRAEP – INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE. *A influência da topografia nos incêndios florestais*. Santa Catarina: Equipe INBRAEP, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://inbraep.com.br/publicacoes/a-influencia-da-topografia-nos-incendios-florestais/>. Acesso em: 7 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cartas topográficas*. Brasília: IBGE, 2017.

MENESES, B. M. D. C. S. *Influência de um fogo florestal na qualidade da água da Ribeira de São Domingos localizada na Região Oeste de Portugal*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2013.

RUMO S.A. *Plano de prevenção e contingência de prontidão de combate a incêndio*. [S.I.]: Rumo S.A., [s.d.]. Disponível em: https://rumolog.com/wp-content/uploads/2025/05/RT-AMBP-ENV-889_PRE_Rev00.pdf. Acesso em: 7 out. 2025.

SOARES, R. V.; BATISTA, A. C. *Incêndios florestais: controle, efeitos e uso do fogo*. Curitiba: UFPR, 2007. 264 p.

27

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; LIMA, Gumerindo Souza; et al. *Manual de prevenção e combate de incêndios florestais*. Fillipe Tamiozzo Pereira Torres et al. (Orgs.). Viçosa, MG: Os Editores, 2020.

WHITE, B. L. A.; WHITE, L. A. S. Queimadas e incêndios florestais no estado de Sergipe, Brasil, entre 1999 e 2015. *Floresta*, v. 46, n. 4, p. 561-570, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5380/rf.v46i4.47036>.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROSELÍDIA LUSTOSA DE SOUSA MARQUES
Data: 27/10/2025 18:25:14-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Roselídia Lustosa de Sousa Marques
Prefeita Municipal

Documento assinado digitalmente
gov.br
WILLIAM DE LIMA MOREIRA
Data: 24/11/2025 10:44:32-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

William de Lima Moreira
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

28

Id:OF8BEFB93113FAE3

PLANO MUNICIPAL DE COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA-PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMPA

2025



(Continua na próxima página)



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia
 CGC: 01.612.607/0001-95 - Av. São Gonçalo, S/N – Centro – CEP: 64.993-000
 São Gonçalo do Gurguéia – PI

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL.....	3
2. CRITÉRIO E ITEM DE ELEGIBILIDADE.....	3
3. INTRODUÇÃO	4
4. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO	5
4.1. Objetivo Geral:	5
4.2. Objetivos específicos.....	5
5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA.....	6
5.1. CLIMA	7
5.2. SOLOS	7
5.3. GEOMORFOLOGIA	8
5.4. GEOLOGIA	8
5.5. RECURSOS HÍDRICOS (ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS).....	8
6. ESTRATÉGIAS	9
7. EIXOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES PRIORITÁRIAS.....	10
8. CRONOGRAMA	12
9. INDICADORES DE MONITORAMENTO	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

2

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

Órgão Executor: Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia
Prefeita municipal: Roselídia Lustosa de Sousa Marques
CNPJ: 01.612.607/0001-95
Endereço: Avenida São Gonçalo, s/n, centro, cep:64993-00
Responsável pela atividade:
 Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2. CRITÉRIO E ITEM DE ELEGIBILIDADE

ITEM D: REDUÇÃO DO RISCO DE QUEIMADAS, CONSERVAÇÃO DO SOLO, DA ÁGUA E DA BIODIVERSIDADE

D.2. EXECUÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

3

3. INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas representam um dos maiores desafios globais do século XXI, com impactos que transcendem fronteiras, setores econômicos e ecossistemas. O aumento da concentração de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, decorrente principalmente da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e práticas agrícolas intensivas, tem provocado alterações significativas nos padrões climáticos, aumento da temperatura média global, elevação do nível do mar e eventos extremos mais frequentes e intensos (IPCC, 2023), e esses efeitos ameaçam a segurança alimentar, a disponibilidade hídrica, a biodiversidade e a estabilidade socioeconômica de diversas regiões do planeta.

Diante desse cenário, o desenvolvimento e implementação de planos de combate às mudanças climáticas tornaram-se essenciais, pois englobam um conjunto de estratégias coordenadas voltadas à mitigação, com intuito de reduzir as emissões de GEE, e à adaptação, voltada para o fortalecimento da resiliência dos sistemas naturais e humanos frente aos impactos já inevitáveis (UNFCCC, 2022). As ações de mitigação incluem a transição para matrizes energéticas renováveis, o incentivo à eficiência energética, a reflorestação e o manejo sustentável dos solos. Já as medidas de adaptação abrangem desde o planejamento urbano sustentável e a conservação dos recursos hídricos, até o desenvolvimento de sistemas agrícolas mais resilientes e tecnologias climáticas inteligentes (FAO, 2021; UNEP, 2023).

Os planos nacionais e regionais de combate às mudanças climáticas devem integrar políticas públicas, ciência, inovação e participação social, de modo a garantir uma transição justa e sustentável, desse modo, no contexto brasileiro, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e o Acordo de Paris orientam as metas de redução de emissões e a incorporação de práticas sustentáveis nos diversos setores produtivos (MMA, 2020). No entanto, o sucesso dessas estratégias depende da articulação entre governos, setor privado, comunidades locais e organismos internacionais, além do fortalecimento das capacidades técnicas e financeiras para sua execução.

Assim, um plano de combate eficaz deve ser abrangente, baseado em evidências científicas e sustentado por políticas públicas consistentes, promovendo a integração entre mitigação e adaptação. A construção de um futuro climático sustentável exige decisões urgentes, cooperação internacional e compromisso ético com as próximas gerações, consolidando um modelo de desenvolvimento que respeite os limites planetários e garanta o bem-estar humano e ambiental.

4

Com os crescentes desafios ambientais decorrentes das mudanças climáticas, como aumento da temperatura média, períodos de estiagem mais longos, eventos de chuva intensa, perda de biodiversidade e impactos na agricultura e na saúde pública, a elaboração do plano municipal de combate às mudanças climáticas se apoia fortemente no entendimento de que somente a consolidação de alternativas econômicas sustentáveis, será capaz de perenizar a queda das taxas de mudança do clima e alavancar um novo paradigma produtivo, além de trazer para a regularidade os empresários, produtores rurais e todas as atividades que de alguma maneira contribuem para o aumento da temperatura e aquecimento.

Diante disso, torna-se essencial elaborar um plano estratégico para promover ações de mitigação e adaptação climática, fortalecendo a sustentabilidade local e a qualidade de vida da população, São-gonçalense, em colaboração ao esforço nacional e mundial de combate ao problema e criar as condições locais para o enfrentamento de suas consequências.

4. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO PLANO

4.1. Objetivo Geral:

Desenvolver e implementar políticas públicas e ações integradas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11, 12 e 13), visando reduzir emissões de gases de efeito estufa e aumentar a resiliência socioambiental do município no período de 2025 a 2028 (Figura 1).

ACORDO DE PARIS

- MANTER O AUMENTO DA TEMPERATURA MÉDIA GLOBAL EM BEM MENOS DE 2°C ACIMA DOS NÍVEIS PRE-INDUSTRIAS.
- ENVIAR ESFORÇOS PARA LIMITAR O AUMENTO DA TEMPERATURA A 1,5°C ACIMA DOS NÍVEIS PRE-INDUSTRIAS.
- AUMENTAR A CAPACIDADE DE ADAPTAR-SE AOS IMPACTOS ADVERSOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PROMOVER A RESILIÊNCIA DO CLIMA.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Figura 1: Objetivos do Acordo de Paris e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

4.2. Objetivos específicos

- Reduzir em 20% as emissões municipais de GEE até 2028.
- Ampliar áreas verdes urbanas e rurais em 15%.
- Melhorar a gestão de resíduos sólidos e aumentar a taxa de reciclagem.
- Fortalecer a segurança hídrica e a gestão de riscos climáticos, através da consolidação e manutenção dos remanescentes florestais do município, garantindo a proteção estrita onde é necessária e conciliando o uso racional e de menor impacto dos recursos onde é viável e desejável;
- Promover educação ambiental e participação comunitária em todas as fases do plano
- Reduzir o aquecimento progressivamente, colaborando também com os esforços do Estado para a redução nacional do aquecimento na Amazônia, em consonância com o PNMC (Plano Nacional de Mudanças do Clima);
- Nas áreas de consolidação de atividades produtivas clássicas (agricultura, pecuária e madeira), melhorar os sistemas produtivos por intermédio do aporte de conhecimento, tecnologia, inovação, assistência técnica, financeira e fiscal, a fim de lhes tornar mais sustentáveis, econômica, social e ambiental;
- Propor alternativas de desenvolvimento econômico e de inclusão social onde o uso dos recursos naturais substitua atividades historicamente inadequadas ao crescimento econômico duradouro, à inclusão social e à manutenção do equilíbrio do patrimônio natural.

5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA

O município de São Gonçalo do Gurgueia, está localizado na microrregião do Alto Médio Gurgueia, no extremo sul do Piauí, e compreende uma área de 1.385,255 km². Possui como limites os municípios de Gilbués e Barreiras do Piauí ao norte, ao sul com Corrente, a oeste com Barreiras do Piauí e o leste com a Bahia e, a Leste com Corrente e Riacho Frio.

A sede municipal tem as coordenadas geográficas 10°01'49" de latitude sul e 45° 18'10" de longitude oeste de Greenwich, 440 m acima do nível do mar, e está cerca de 820 Km da capital do estado, Teresina (Aguiar; Ramos, 2004)(Figura 2).

6
(Continua na próxima página)



Estado do Piauí

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia

CGC: 01.612.607/0001-95 - Av. São Gonçalo, S/N – Centro – CEP: 64.993-000
São Gonçalo do Gurguéia – PI



Figura 2. Mapa de localização do Município de São Gonçalo do Gurguéia, PI.

5.1. CLIMA

As condições climáticas do município de São Gonçalo do Gurguéia apresentam temperaturas mínimas de 22°C e máximas de 36°C, com clima quente e semi-úmido. A precipitação pluviométrica média anual é definida no Regime Equatorial Continental, com isoetas anuais em torno de 800 a 1200 mm e período chuvoso estendendo-se de novembro-dezembro a março, com trimestre mais úmido correspondendo aos meses de dezembro, janeiro e fevereiro (IBGE, 1977).

5.2. SOLOS

Os solos da região, provenientes da alteração de arenito, conglomerado, folhelho e siltito, são espessos, jovens, com influência do material subjacente, compreendendo latossolos amarelos, álicos ou distróficos, textura média, associados com areias quartzosas e/ou podzólico vermelho-amarelo concrecionário, plintico ou não plintico. A vegetação representante é a fase cerrado tropical subcaducifólia e mata de cocais (Jacomine et al., 1986).

7

5.3. GEOMORFOLOGIA

O acidente morfológico predominante é a ampla superfície tabular reelaborada, plana ou levemente ondulada, limitada por escarpas abruptas que podem atingir 600 m, exibindo relevo com zonas rebaixadas e dissecadas (Jacomine et al., 1986).

5.4. GEOLOGIA

Geologicamente, as unidades geológicas que ocorrem no âmbito do município são todas pertencentes as coberturas sedimentares descritas a seguir. No topo do pacote encontra-se a Formação Urucuia, que reúne arenito e conglomerado. Logo abaixo a Formação Areado, constituída de arenito, conglomerado e folhelho. Por último, na base da sequência, repousa a Formação Poti, englobando arenito, folhelho e siltito (Aguiar; Ramos, 2004) (Figura 3).

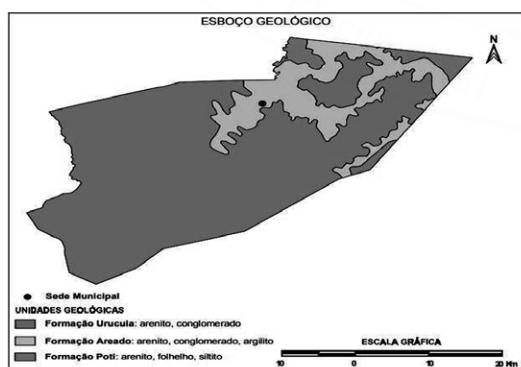


Figura 3. Esboço geológico do município (Aguiar; Ramos, 2004).

5.5. RECURSOS HÍDRICOS (ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS)

Os recursos hídricos superficiais gerados no estado do Piauí estão representados pela bacia hidrográfica do rio Parnaíba, a mais extensa dentre as 25 bacias da Vertente Nordeste

8

(com área de 330.285 km², o equivalente a 3,9% do território nacional) e abrangendo o estado do Piauí e parte do Maranhão e do Ceará.

O rio Parnaíba possui 1.400 quilômetros de extensão e a maioria dos afluentes localizados a jusante de Teresina só perenes e supridos por águas pluviais e subterrâneas. Depois do rio São Francisco, é o mais importante rio do Nordeste.

Dentre as sub-bacias, destacam-se aquelas constituídas pelos rios: Balsas, situado no Maranhão; Poti e Portinho, cujas nascentes localizam-se no Ceará; e Canindé, Piauí, Uruçuí-Preto, Gurguéia e Longá, todos no Piauí. Cabe destacar que a sub-bacia do rio Canindé, apesar de ter 26,2% da área total da bacia do Parnaíba, drena uma grande região semiárida.

Apesar do Piauí estar inserido no "Polígono das Secas", não possui grande quantidade de açudes. Os mais importantes são: Boa Esperança, localizado em Guadalupe e represando cinco bilhões de metros cúbicos de água do rio Parnaíba, vem prestando grandes benefícios à população através da criação de peixes e regularização da vazão do rio, o que evitará grandes cheias, além de melhorar as possibilidades de navegação do rio Parnaíba; Caldeirão, no município de Piripiri, onde se desenvolve grandes projetos agrícolas; Cajazeiras, no município de Pio IX, é também uma garantia contra a falta de água durante as secas; Ingazeira, situado no município de Paulistana, no rio Canindé e; Barreira, situado no município de Fronteiras.

Os principais cursos d'água que drenam o município drenam o município são os rios Gurguéia e Uruçuí-Vermelho, além do riacho Santa Marta.

6. ESTRATÉGIAS

O Plano é o instrumento de planejamento urbano que indica o caminho a ser percorrido pelo poder público e sociedade para a construção de uma cidade resiliente e neutra em carbono. Alcançar esses objetivos exige a implementação de ações transformadoras para reduzir as emissões de transporte, melhorar a eficiência energética das edificações, aumentar a oferta de energia limpa e renovável e mudar padrões de consumo. Ao mesmo tempo deve-se fortalecer a capacidade de lidar com os impactos das mudanças climáticas por meio da adaptação, além de considerar os componentes-chave de neutralidade em carbono, resiliência para os riscos climáticos, governança climática e colaboração, e ação climática inclusiva.

É estratégico promover a integração de muitas ações já desenhadas e planificadas nos diferentes órgãos de governo e nas parcerias destes com a sociedade civil organizada, assim, este é o principal objetivo deste Plano Municipal de Combate às Mudanças Climáticas de São Gonçalo do Gurguéia- PI, que esta pautado em seis eixos prioritários, conforme apresentados a seguir.

9

7. EIXOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

A seguir é apresentado um resumo das metas de Mitigação e Adaptação de caráter quantitativo e qualitativo, respectivamente, e de longo prazo.

Eixo 1 – Mitigação e Energia Sustentável

- Implantar sistema de inventário municipal de emissões de GEE.
- Substituir gradualmente a iluminação pública por tecnologia LED e instalar painéis solares em prédios públicos.
- Incentivar o uso de energia solar residencial e empresarial via políticas de crédito verde e isenção de taxas.
- Criar um Programa de Mobilidade Sustentável, priorizando ciclovias, transporte coletivo limpo e eletrificação da frota pública.

Eixo 2 – Adaptação e Resiliência Urbana

- Implementar um Plano de Drenagem Sustentável, com jardins de chuva, pavimentos permeáveis e recuperação de nascentes.
- Reestruturar o sistema de defesa civil com foco em monitoramento de eventos extremos e respostas rápidas.
- Promover reflorestamento de margens de rios e áreas degradadas com espécies nativas.
- Criar o Plano Diretor Municipal incorporando critérios de risco climático e zoneamento ecológico-econômico.

Eixo 3 – Agricultura e Recursos Naturais

- Incentivar práticas de agricultura de baixo carbono (ABC) e sistemas agroflorestais.
- Estimular o uso racional da água e o manejo integrado do solo e nutrientes.
- Criar um Banco de Sementes Locais Adaptadas ao Clima.
- Promover capacitação técnica de agricultores em tecnologias climáticas inteligentes.
- Oficinas que informem e incentivem o desenvolvimento econômico de maneira sustentável.
- Identificação das Propriedades e Áreas do município mais afetadas pela degradação ambiental.
- Realizar intercâmbio de economias sustentáveis consolidadas com empresários e produtores rurais para trocas de experiências.

10

(Continua na próxima página)



Estado do Piauí

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do GurguéiaCGC: 01.612.607/0001-95 - Av. São Gonçalo, S/N – Centro – CEP: 64.993-000
São Gonçalo do Gurguéia – PI

- Criar e implementar ações de comunicação aos produtores dos modelos técnicos e econômicos para a recuperação das áreas de reserva legal com plantio de espécies nativas e/ou exóticas.
- Recuperar e/ou reflorestar de forma massiva as áreas degradadas do município, possibilitando o desenvolvimento econômico sustentável da região.
- Fomentar a construção de indicadores técnicos para subsidiar a elaboração de projetos de fomento a atividades produtivas sustentáveis.
- Elaborar e divulgar procedimentos técnicos para elaboração e avaliação de planos de manejo e projetos para fins de licenciamento ambiental.
- Disseminar experiências já consolidadas de propriedades sustentavelmente ativas.
- Fortalecer os arranjos produtivos já consolidados na região, com inserção de novas tecnologias para o melhor aproveitamento de área.

Eixo 4 – Gestão de Resíduos e Economia Circular

- Fortalecer a **coleta seletiva** e apoiar cooperativas de catadores.
- Implantar **ecopontos municipais** e unidades de compostagem comunitária.
- Desenvolver campanhas de consumo responsável e redução de resíduos plásticos.
- Estimular empresas locais a adotarem **planos de logística reversa**.

Eixo 5 – Educação, Governança e Participação Social

- Criar o **Conselho Municipal de Mudanças Climáticas** com representantes do poder público, universidades e sociedade civil.
- Realizar **campanhas anuais de sensibilização ambiental** nas escolas e comunidades.
- Instituir o **Prêmio Município Sustentável** para reconhecer boas práticas locais.
- Desenvolver uma **Plataforma Municipal de Monitoramento Climático** com dados abertos à população.
- Formalizar Termos de Cooperação Técnica com órgãos e sociedade civil organizada.
- Implementar campanhas, a nível municipal, para conscientizar sobre a importância da diminuição do aquecimento.
- Disponibilização das informações para os agentes locais.

Eixo 6 – Monitoramento e Controle

- Capacitação de agentes locais para o monitoramento através de parceiras com instituições especialistas em tecnologia de geoprocessamento.
- Aprimorar e disponibilizar aos usuários, em linguagem acessível, normas e procedimentos de licenciamento adequados às diferentes categorias de manejo florestal (industrial, comunitário, familiar, madeireiro e não madeireiro).
- Criar mecanismos de transparência para as informações resultantes das atividades de fiscalização e atos posteriores.
- Estabelecer um sistema de integração e gestão de informações entre os órgãos responsáveis pelas atividades de controle.
- Realizar um plano de comunicação no âmbito da educação ambiental, visando à conscientização dos produtores às atividades desenvolvidas pelo PMMC- BN/PA.
- Capacitação da população urbana e especialmente rural, para brigadista, e cursos específicos de como fazer um aterro corretamente etc.
- Realizar campanhas de prevenção contra incêndios clandestinos, urbanos e rurais, no decorrer do ano.

11

8. CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO		
Ano	Foco Principal	Metas-Chave
2025	Diagnóstico e estruturação	Inventário de GEE; criação do conselho; início da coleta seletiva ampliada.
2026	Implementação intensiva	reflorestamento urbano; 50% das metas de mitigação atingidas.
2027–2028	Consolidação e avaliação	Instalação de energia solar em prédios públicos; Revisão do plano diretor; sistema de alerta climática funcional; redução de 20% nas emissões.

9. INDICADORES DE MONITORAMENTO

- Emissões de GEE per capita (tCO₂e).
- Área reflorestada (hectares).
- Percentual de energia renovável no consumo público.
- Índice de reciclagem e compostagem.
- Número de eventos climáticos com resposta rápida (<24h).
- Nível de participação social (nº de eventos, escolas e ONGs envolvidas).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R. B. D., GOMES, J. R. D. C. (2004). Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí: diagnóstico do município de São Gonçalo do Gurguéia. CPRM. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/16515/1/Rel_SaoGon%C3%A3aloDoGurgueia.pdf

GUMIMARÃES, J.; VERRISSIMO, A.; AMARAL, P.; DEMACHKI, A. Municípios verdes: caminhos para a sustentabilidade. Belém: AMAZON, 2011, 154p.

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Climate-smart agriculture and food systems transformation. Rome: FAO, 2021.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2023: Synthesis Report. Geneve: IPCC, 2023.

Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009. Lei que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Brasília: Governo Federal, 2020.

UNEP – United Nations Environment Programme. Emissions Gap Report 2023. Nairobi: UNEP, 2023.

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change. Global Stocktake Technical Report. Bonn: UNFCCC, 2022.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROSELÍDIA LUSTOSA DE SOUSA MARQUES
Data: 27/11/2025 10:44:32-0300
Verifique em <https://validar.rg.gov.br>

Roselídia Lustosa de Sousa Marques
Prefeita Municipal

Documento assinado digitalmente
gov.br
WILLIAM DE LIMA MOREIRA
Data: 24/11/2025 10:44:32-0300
Verifique em <https://validar.rg.gov.br>

William de Lima Moreira
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

13

Id:07384EE6FFD7F944
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA- PIAUÍ

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital do Concorrência nº 006/2025, Processo Administrativo nº 110/2025, após análise, conferência e deliberação, resolve **ADJUDICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE 36.492,00 M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA - PI.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Adjudicado	Diferença
MAZERINE CRUZ & CIA LTDA - 10.998.532/0001-13 mazerinecruz@hotmail.com - (86) 99935-5820	4.589.698,88	3.442.274,16	1.147.424,72 Proveito (25,00%)
Totais	4.589.698,88	3.442.274,16	1.147.424,72 Proveito (25,00%)

Detalhes

Francisco Erivaldo da Silva na condição de Autoridade Competente Adjudicou o(s) lote(s) em favor de:

Fornecedor: MAZERINE CRUZ & CIA LTDA - CPF/CNPJ: 10.998.532/0001-13		Data/Hora da Adjudicação - 19/11/2025 17:19:35	
Lote 1	Descrição Item	Quantidade	Medida
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE 36.492,00 M ² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE LISBOA - PI	1,00	SERVIÇOS 3.442.274,16 3.442.274,16
Seguro Garantia Sto com Boleto e Comprovante pago.pdf	Inserido em: 06/11/2025 16:10		
Proposta CE 06 Sto Inicial.pdf	Inserido em: 06/11/2025 16:10		

Santo Antônio de Lisboa - PI - PI, 19 de Novembro de 2025.

Autoridade Competente: Francisco Erivaldo da Silva

Licit :: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Lisboa - Unidade Única

Página 1 de 1